



Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos

Em linha com as melhores práticas de mercado internacionais, com as políticas internas do Grupo Deutsche Bank AG e em cumprimento aos requisitos da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Deutsche Bank SA, Banco Alemão (DB Brasil) mantém uma estrutura rígida para o gerenciamento contínuo e integrado de riscos.

Introdução

O objetivo da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos do DB Brasil é identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. Isto é possível através de uma combinação de medidas preventivas como: (i) definir claramente o apetite e a estratégia de riscos, visando reduzir a probabilidade de riscos não mensurados ou inadequados; (ii) atividades de mitigação de risco, como proteção e transferência de riscos; e (iii) governança dos processos estabelecidos de forma clara através de políticas e manuais. A análise quantitativa que permite a medição do impacto potencial do tamanho e da probabilidade é complementada pelas medidas qualitativas para assegurar uma cobertura abrangente de todos os riscos.

Fundamentos

A Estrutura adere aos princípios listados abaixo, que ajudam a garantir que o risco seja gerenciado de forma abrangente, coordenada e consistente (Figura 1), de acordo com o apetite de risco definido. Os princípios afirmam que:

- O Plano Estratégico de Riscos é parte integrante da RAS (Risk Appetite Statement) e é implementado através de estratégias específicas por tipo de risco e aplicação de métricas apropriadas. O mesmo também deve estar alinhado ao Plano de Capital e à estratégia de negócios do DB Brasil a fim de assegurar consistência entre as metas de risco, capital e desempenho;
- Análises de risco, análise de cenários (incluindo testes de estresse) e backtestings são conduzidas para assegurar práticas de gerenciamento de risco sadio e uma consciência holística de risco;
- Todas as funções de risco são gerenciadas de forma coordenada através de políticas e processos de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado e IRRBB, risco operacional, risco de liquidez, risco de continuidade de negócios, e risco social, ambiental e climático. A abordagem deve considerar as concentrações de risco dentre os tipos de risco;
- Processos apropriados de monitoramento e escalonamento estão em vigor em relação aos limites e métricas principais de riscos e capital. Quando aplicável, abordagens robustas de modelagem e medição para quantificar o risco e a demanda de capital são implementadas nas principais classes de risco;
- Sistemas, políticas e procedimentos eficazes são um componente crítico das capacidades de gerenciamento de riscos, eles estabelecem limites e processos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis definidos na RAS.

Os principais componentes da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos são monitorados continuamente e reportados mensalmente ao Comitê de Supervisão de Capital e Riscos e ao Comitê Executivo.

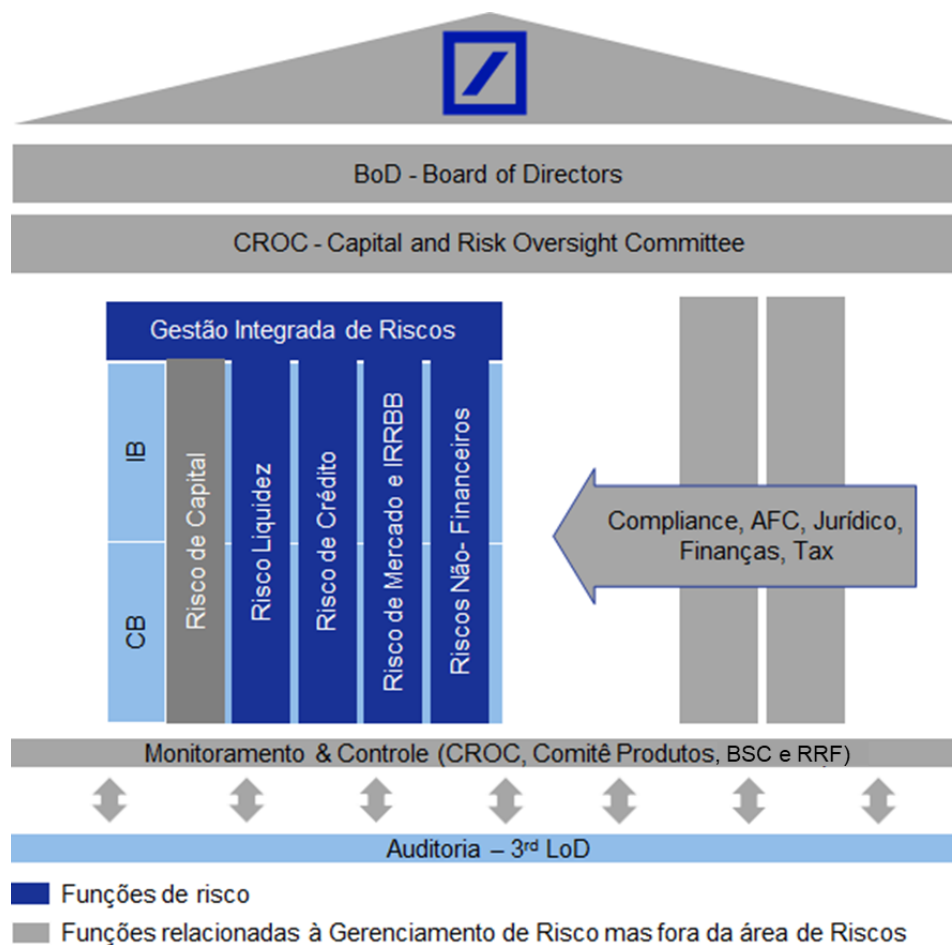


Figura 1 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos do DB Brasil.

Os papéis e responsabilidades estão divididos entre as três (3) linhas de defesa do Banco (Figura 2) conforme abaixo:

- Primeira Linha de Defesa (1st LoD – Line of Defense): Áreas de Negócios, áreas Operacionais e de Tecnologia que executam atividades e são responsáveis por observarem e atuarem em conformidade com os parâmetros estabelecidos, reportando sempre que identificarem qualquer inconformidade;
- Segunda Linha de Defesa (2nd LoD – Line of Defense): Funções que executam parte dos controles e atuam junto às demais linhas para identificar inconformidades e corrigi-las;
- Terceira Linha de Defesa (3rd LoD – Line of Defense): A área de Auditoria Interna avalia de maneira objetiva e independente a efetividade dos controles internos com o intuito de mitigar riscos significativos e suas respectivas exposições. Visa também melhorar a eficácia e eficiência da gestão de riscos, dos procedimentos de governança e dos sistemas da instituição.

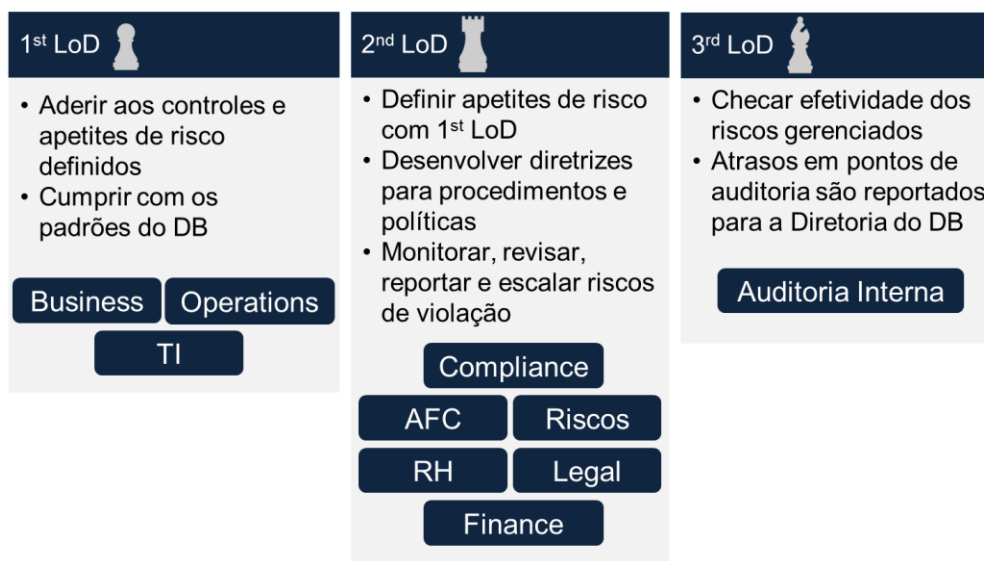


Figura 2 - Definição das três linhas de defesa do banco.

TI – Tecnologia da Informação

Operations – Área de Operações

Business – Áreas de Negócios

AFC – Anti Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros

RH – Recursos Humanos

Legal – Área Jurídica

Finance – Área de Finanças

O monitoramento e controle são executados por todos os colaboradores do DB Brasil, dentro do escopo de sua área de atuação (1st LoD, 2nd LoD, 3rd LoD). O CROC, Comitê de Produtos e RRF (*Reputational Risk Forum* ou Fórum de Risco Reputacional) são responsáveis pelo reporte de controles, tomada de decisões para temas sob sua alçada e reporte, incluindo recomendações e escalonamento ao Comitê da Diretoria Executiva (BoD - Board of Directors).

Esse sistema dinâmico possibilita ao DB Brasil o monitoramento contínuo de seu Plano Estratégico de Riscos em conjunto com sua RAS (Risk Appetite Statement) e auxilia na tomada de decisões. Em situações onde o risco identificado seja relevante, os colaboradores fazem o reporte imediato para a tomada de decisão e atuação sobre o evento. A estrutura dos comitês garante o registro em ata dos eventos de riscos e o monitoramento das ações de mitigação e correção dos mesmos.

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta de todas as transações que originam cobranças atuais, contingentes ou potenciais contra qualquer contraparte, devedor ou tomador de empréstimo e o Banco arca com o risco de perda se o tomador não cumprir com suas obrigações com o Banco.

A Política de Gerenciamento de Risco de Crédito define papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

A área de Gerenciamento de Risco de Crédito (CRM – Credit Risk Management) exerce função específica de gerenciamento de risco de crédito e atua de forma independente das áreas de negócios.

CRM é responsável pelo monitoramento contínuo das informações disponibilizadas no sistema de controle de limites de crédito, com a finalidade de assegurar sua integridade e exatidão. Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são



intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (*Watch List*) e acompanhados regularmente.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez resulta da possibilidade da instituição não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez estabelece responsabilidades, processos e o plano de contingência de liquidez do DB Brasil. A área de Treasury, que é uma unidade segregada das áreas de Negócios e da área de Auditoria Interna, é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento de risco de liquidez e sua aplicação, além de possuir a autoridade para executar todas as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em um nível adequado. A área de Gerenciamento de Risco de Liquidez (LRM – Liquidity Risk Management) faz a supervisão das atividades da área de Treasury e atua como segunda linha de defesa no gerenciamento de risco de liquidez.

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações;
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o risco de liquidez da instituição, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional resulta da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos, falhas, deficiências, inadequações de sistemas, processos internos ou pessoas. O risco operacional inclui o risco legal oriundo da deficiência de contratos, sanções por descumprimento de dispositivos legais, assim como indenizações a terceiros. O risco operacional exclui o risco de negócios, o risco estratégico e o risco reputacional.

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional estabelece responsabilidades, processos, ferramentas e relatórios para a gestão de riscos não financeiros.

A área de Non Financial Risk Management (NFRM, ou Gestão de Riscos não Financeiros) é responsável por assegurar a efetividade dos processos de identificação, avaliação, mitigação e correção tanto dos eventos quanto dos fatores de risco operacional.

Ao responsável pela área de Gerenciamento de Risco Operacional compete:

- Organizar a atividade de gerenciamento de risco operacional do DB Brasil;



- Disseminar uma cultura voltada para a mitigação do risco operacional assim como o uso das metodologias e aplicativos implementados globalmente para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional;
- Monitorar perdas decorrentes do risco operacional, incluindo provisões e despesas relacionadas a cada evento de perda, cobrindo também as perdas operacionais associadas aos riscos de crédito, de mercado, liquidez, cibernético, social, ambiental e climático.
- Consolidar e avaliar fatores, incidentes e planos de ação relacionados ao risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos;
- Promover o fluxo de informação interno e externo (comunicação e reporte) para assegurar o apropriado compartilhamento do conhecimento do Risco Operacional; e
- Garantir a governança sobre novos produtos.

Risco de Continuidade de Negócios

O DB Brasil está comprometido em gerenciar de forma proativa os riscos resultantes de eventos que impactem a continuidade de negócios. O objetivo é assegurar a adequada resiliência das áreas de negócios e de infraestrutura.

As estratégias de continuidade de negócios possibilitam a retomada dos processos críticos após incidentes que, materializados, afetam pessoas, instalações, infraestruturas técnicas, informações e operações, ou uma combinação destes.

A área de NFRM é responsável por estabelecer diretrizes para a gestão do risco de continuidade de negócios.

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Gerenciamento de Crises define os princípios e os requisitos para uma eficiente Gestão de Continuidade de Negócios (BCM) e de Gerenciamento de Crise. BCM descreve o conjunto de atividades que o grupo DB conduz para se preparar e, mais importante, recuperar os seus processos em caso de disruptura operacional, uma vez que é obrigado a manter um nível adequado de disponibilidade de seus serviços. As atividades de BCM são concebidas para limitar uma recuperação inadequada.

Cada área é responsável por estabelecer, implementar, revisar e manter os seus planos de continuidade de negócios e, através de testes periódicos, validar a real capacidade de recuperação de cada processo e atividade considerada crítica, em linha com o apetite a risco definido.

Risco Social, Ambiental e Climático

O risco climático é classificado em duas categorias, Riscos de Transição e Riscos Físicos. Cada categoria pode atuar como fatores de risco para múltiplos tipos de risco, sendo:

- i. Riscos de transição: são definidos como riscos que podem resultar do processo de ajuste para uma economia de baixo carbono (política, tecnológica e mudanças de comportamento);
- ii. Riscos físicos: são definidos como os riscos financeiros e não financeiros que poderiam resultar dos impactos negativos do aumento das temperaturas globais. O risco físico é classificado como "agudo" quando surge de eventos extremos, tais como secas,



inundações e tempestades, e "crônico" quando surge de mudanças progressivas, tais como o aumento das temperaturas.

O risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.

O risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Procedimento para Controle e Gerenciamento do Risco de Social, Ambiental e Climático descrevem os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática do DB Brasil na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.

O DB Brasil constituiu o Comitê de Sustentabilidade vinculado ao Comitê da Diretoria Executiva (Board of Directors ou BoD) e ao Comitê de Capital e Riscos (Capital and Risk Oversight Committee ou CROC).

O DB Brasil também implementou mecanismos para:

- (i) identificação e o monitoramento do risco social, do risco ambiental e do risco climático incorridos em decorrência de produtos, serviços, atividades ou processos e das atividades desempenhadas por clientes, fornecedores e prestadores de serviços;
- (ii) identificação, avaliação, classificação e mensuração do risco social, do risco ambiental e do risco climático com base em critérios e informações consistentes e passíveis de verificação, incluindo informações de acesso público;
- (iii) registro de dados relevantes para o gerenciamento das perdas incorridas discriminadas em risco social, risco ambiental ou risco climático e com respectivo detalhamento de valores, natureza do evento, região geográfica, definida com base em critérios claros e passíveis de verificação, e setor econômico associado à exposição;
- (iv) identificação tempestiva de mudanças políticas, legais, regulamentares, tecnológicas ou de mercado, incluindo alterações significativas nas preferências de consumo, que possam impactar de maneira relevante o risco social, o risco ambiental ou o risco climático, bem como procedimentos para a mitigação desses impactos; e
- (v) monitoramento de concentrações de exposições a setores econômicos ou a regiões geográficas mais suscetíveis de sofrer ou de causar danos sociais, ambientais ou climáticos, e, quando apropriado, estabelecimento de limites para essas exposições.

Risco de Mercado e IRRBB

O risco de mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado e Taxa de Juros na Carteira Bancária define critérios, papéis e responsabilidades para o boa gestão do risco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado (Market Risk Management ou MRM) exerce uma função específica e atua de forma independente das áreas de negócios.

As principais ferramentas utilizadas para quantificar e gerenciar o risco de mercado e IRRBB são:



- VaR: medida estatística que sumariza a exposição de uma carteira ao risco de mercado em condições normais de mercado;
- Teste de estresse: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MRM;
- Risco ao Valor Econômico (EVE): risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- Risco de Resultado de Intermediação Financeira (NII): impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano.
- Monitoramento perdas e ganhos embutidos (PV01 das Posições MTM): para considerar as perdas e ganhos embutidos no processo de IRRBB, o DB Brasil monitora a posição de Risco (PV01) da Carteira bancaria relativo a posições sujeitas a marcação a mercado, hedge de operações accrual e que possam causar uma assimetria de balanço e um risco financeiro dado uma flutuação na taxa de juros.

São Paulo, 29 de Dezembro de 2023.